

## **O MAIS FÁCIL**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 01.09.1981

O grande problema nacional do momento é o desemprego. São 917 mil trabalhadores desempregados apenas nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. E o mais grave é que cerca de 200 mil desses trabalhadores ficaram desempregados nos últimos oito meses. Na verdade, o Brasil atravessa o mais grave recesso da sua história industrial.

Esta situação é, em primeiro lugar, um claro sinal do fracasso do modelo econômico vigente no Brasil modelo este que, conforme observou Ruy Lopes nesta coluna, recebeu por parte da Igreja, em seu extraordinário e sereno documento “Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política”, uma condenação definitiva. Esse documento é um libelo contra o regime, mas é também uma crítica ao governo que, diante da recessão que ameaça transformar-se em depressão, permanece paralisado. Incapaz de formular uma alternativa de política econômica, cujas linhas gerais os economistas da oposição vêm insistentemente sugerindo.

A única coisa que o governo sabe fazer neste momento é continuar em sua política recessiva, cortando seus próprios investimentos e limitando drasticamente a quantidade de moeda. Submete assim a economia a um tratamento de choque.

Mas não seria isto uma política ativa, um sinal de que o governo está “corajosamente” impondo à sociedade os sacrifícios que ela até agora recusou-se a assumir? Em absoluto, não. A política que está aí é meramente fruto de imposição dos banqueiros internacionais. Assim que ela foi adotada, em novembro último, em seguida à volta do Sr. Delfin Neto de mais uma viagem mal sucedida à Nova York, os banqueiros voltaram a nos dar crédito, independentemente dos resultados alcançados.

Mas não começaram a aparecer recentemente alguns resultados em termos de queda da taxa de inflação e de equilíbrio da balança comercial? Sem dúvida, mas a um custo totalmente desproporcional aos ganhos obtidos. O aumento brutal no desemprego e a queda vertiginosa na produção industrial absolutamente não compensam os magros ganhos.

Como a economia é fortemente monopolista, só caem relativamente os preços dos setores competitivos, ou seja, da agricultura (que é tão necessário estimular) e da pequena indústria. Esperam-nos, portanto, mais uma onda de concentração do capital e de desnacionalização industrial.

Por outro lado, os resultados da recessão na área da balança comercial são necessariamente limitados, já que nosso coeficiente de importações é muito baixo: entre 5 e 6% da renda nacional excluídas as importações de petróleo: menos de 10% incluindo petróleo. É claro que uma recessão teria efeitos maiores sobre a redução das importações, se o Brasil não fosse um país-continente e se seu coeficiente de importações fosse muito maior (conforme acontece com a maioria dos países aos quais o FMI recomenda a recessão como medida para re-equilibrar a balança comercial). Não bastasse esse há ainda o fato, bem lembrado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo recentemente, de que o pouco que ganhamos em redução das importações com a recessão é perdido com a redução dos investimentos estrangeiros. Os que ganhamos na balança comercial perderam na balança de capitais.

É óbvio que uma alternativa à recessão, que é um método grosseiro e indiscriminado de redução das importações, seria o controle seletivo de importações, que produzisse recessões efetivamente setoriais, apenas nos setores considerados de baixa prioridade e alto coeficiente de importações. Esta sim seria uma política econômica ativa, corajosa, que atenderia às necessidades do País. Não parece, entretanto, existir por parte do governo nem coragem nem capacidade política para uma política econômica dessa natureza. Por incrível que pareça, o mais fácil é ainda provocar deliberadamente o desemprego. É ser obediente aos banqueiros internacionais. Mas assim, sem mudança de política econômica, continuaremos a nos aprofundar na crise e a nos avizinharmos perigosamente da depressão.(01/09)